

Infecções Sexualmente Transmissíveis: vulnerabilidade das mulheres privadas de liberdade

Sexually Transmitted Infections: vulnerability of women deprived of freedom

Infecciones de transmisión sexual: vulnerabilidad de las mujeres privadas de libertad

Recebido: 04/10/2020 | Revisado: 11/10/2020 | Aceito: 15/10/2020 | Publicado: 18/10/2020

Arielly Feitosa Leocádio

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3155-3148>

Centro Universitário Santo Agostinho, Brasil

E-mail: ariellyfeitosa0701@hotmail.com

Débora Alves de Assis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0772-3079>

Centro Universitário Santo Agostinho, Brasil

E-mail: deboraalvess_98@hotmail.com

Tatiana Maria Melo Guimarães

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2748-6771>

Centro Universitário Santo Agostinho, Brasil

E-mail: enfermeiratatianamelo@gmail.com

Resumo

Objetivou-se descrever as evidências científicas que analisam a relação das ISTs em mulheres privadas de liberdade, bem como o impacto da doença e fatores de risco nas penitenciárias femininas para esta população. foi realizado um estudo de revisão integrativa de literatura, de abordagem qualitativa descritiva. buscou-se artigos publicados nas bases de dados Pubmed, Google Scholar (Google Acadêmico), Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), publicados no período de 2015 a 2019, utilizando os descritores: “Infecções Sexualmente Transmissíveis”, “Penitenciária Feminina” e “Enfermagem”. Foram encontrados 89 artigos, destes, 13 foram utilizados para a construção do artigo. Os artigos foram divididos em dois eixos temáticos de maior interesse, o primeiro trata da prevalência de ISTs nas penitenciárias femininas, com 5 artigos, percebendo-se assim que ainda são poucos os artigos dedicados a analisar a prevalência de ISTs em mulheres detentas; o segundo trata dos fatores associados a contaminação de mulheres encarceradas por ISTs, para esse tema foram

encontrados 11 artigos, demonstrando que existem muitos fatores de vulnerabilidade que aumentam a ocorrência de doenças dentro das penitenciárias femininas. Conclui-se que diante da alta prevalência de infecções sexualmente transmissíveis no ambiente prisional, a identificação das características sociodemográficas e dos comportamentos de risco assumidos pelas mulheres encarceradas são importantes para o entendimento desta problemática.

Palavras-chave: Infecções sexualmente transmissíveis; Penitenciária feminina; Enfermagem.

Abstract

The objective was to describe the scientific evidence that analyzes the relationship of STIs in women deprived of their liberty, as well as the impact of the disease and risk factors in female prisons for this population. an integrative literature review study was carried out, with a descriptive qualitative approach. articles published in the databases Pubmed, Google Scholar (Google Scholar), Scientific Eletronic Library Online (SciElo) and Virtual Health Library (BVS), published in the period from 2015 to 2019, were searched using the descriptors: “Sexually Transmitted Infections”, “Women's Penitentiary” and “Nursing”. 89 articles were found, of these, 13 were used to construct the article. The articles were divided into two thematic axes of greatest interest, the first deals with the prevalence of STIs in women's prisons, with 5 articles, thus realizing that there are still few articles dedicated to analyzing the prevalence of STIs in female inmates; the second deals with the factors associated with the contamination of women incarcerated by STIs, for which 11 articles were found, demonstrating that there are many vulnerability factors that increase the occurrence of diseases within female prisons. It is concluded that in view of the high prevalence of sexually transmitted infections in the prison environment, the identification of sociodemographic characteristics and risk behaviors undertaken by incarcerated women are important for understanding this problem.

Keywords: Sexually transmitted infections; Female penitentiary; Nursing.

Resumen

El objetivo fue describir la evidencia científica que analiza la relación de las ITS en mujeres privadas de libertad, así como el impacto de la enfermedad y los factores de riesgo en las cárceles de mujeres para esta población. Se realizó un estudio de revisión integradora de la literatura, con un enfoque descriptivo cualitativo. Se buscaron artículos publicados en las bases de datos Pubmed, Google Scholar (Google Scholar), Scientific Eletronic Library Online (SciElo) y Virtual Health Library (BVS), publicados en el período de 2015 a 2019, utilizando los descriptores: “Infecciones de transmisión sexual”, “Penitenciaría de Mujeres” y

“Enfermería”. Se encontraron 89 artículos, de los cuales 13 se utilizaron para construir el artículo. Los artículos se dividieron en dos ejes temáticos de mayor interés, el primero trata sobre la prevalencia de ITS en las cárceles de mujeres, con 5 artículos, dándose cuenta de que aún existen pocos artículos dedicados a analizar la prevalencia de ITS en las reclusas; el segundo trata sobre los factores asociados a la contaminación de las mujeres encarceladas por ITS, para lo cual se encontraron 11 artículos, demostrando que son muchos los factores de vulnerabilidad que aumentan la ocurrencia de enfermedades dentro de las cárceles de mujeres. Se concluye que dada la alta prevalencia de infecciones de transmisión sexual en el entorno penitenciario, la identificación de las características sociodemográficas y las conductas de riesgo que realizan las mujeres encarceladas son importantes para comprender este problema.

Palabras clave: Infecciones de transmisión sexual; Penitenciaría femenina; Enfermería.

1. Introdução

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) constituem um grave problema mundial e embora possuam tratamento eficazes e de baixo custo, não deixa de ser um grande desafio para a saúde pública (Santos, Machado, Sampaio, Abreu, & Bezerra, 2019) devido à sua magnitude e dificuldade de acesso ao tratamento adequado (Pinto, Basso, Barros, & Gutierrez, 2018).

A partir de 2015, a terminologia IST passou a ser usada pelo Ministério da Saúde em substituição à doença sexualmente transmissível (DST), indo de acordo com recomendações globais, visando desmitificar a ideia que todas as IST são necessariamente sintomáticas (Fernandes, Bezerra, Pires, Alencar, Lima, & Castro 2016).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), diariamente ocorrem 1 milhão de novas infecções em todo o mundo, dados preocupantes visto que a presença ISTs aumenta em até 18 vezes o risco de um indivíduo ser infectado pelo HIV (Neves, 2019).

Para a identificação de novos casos de infecção é necessário a implantação de programas de rastreamento de rotina, que buscam a detecção baseada em fatores de risco de indivíduos assintomáticos ou pela apresentação de sintomas (Silva, Gomes, Amorim-Gaudêncio, Lima, Medeiros, & Nogueira, 2018).

Dessa forma, percebe-se que em estabelecimentos prisionais, as condições de confinamentos são decisivas para o processo de saúde-doença (Domingues, Evaristo, Carvalho, Silva, & Carvalho, 2018), pois, se não há o rastreamento ou a confirmação através de exames, casos de IST podem passar despercebidos.

Muitas das mulheres que se encontram nos presídios são jovens e apresentam um histórico de saúde deficitária, uso de drogas e promiscuidade (Xavier, Silva, Torres, Almeida, & Santos, 2017). Nestes espaços de confinamento, até mesmo pela superlotação, ocorrem muitas situações de violência, insalubridade, sedentarismo, uso de drogas, má alimentação, falta de higiene, assistência à saúde inadequada ou incompleta, entre tantas outras (Silva et al., 2018) que são fatores propícios para o surgimento de ISTs, especialmente a sífilis. Assim como a deficiência dos serviços de saúde nas prisões, insuficiente para a quantidade de detentos e também pela falta de recursos. Isso posto, a população privada de liberdade é considerada altamente vulnerável à propagação e ao contágio de doenças (Negreiros & Vieira, 2017).

A assistência à saúde é um direito de todas as pessoas, incluindo-se as incluídas as mulheres privadas de liberdade, como posto no art. 196 da Constituição Federal, que define: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido por políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1998).

Neste contexto, é necessário apontar a implementação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), através da Portaria Interministerial n. 1.777, de nove de setembro de 2003. Este plano apresenta ações para a promoção da saúde a população privada de liberdade em diversos âmbitos da atenção básica como: saúde bucal, saúde da mulher, doenças sexualmente transmissíveis e HIV/Aids, saúde mental, hepatites, tuberculose, hipertensão, diabetes e hanseníase e também prevê a assistência farmacêutica básica, a prevenção através das imunizações e a coleta de exames laboratoriais (Portaria n. 1.777, 2003).

O PNSSP mostra a importância da prevenção de ISTs ao prevê ações de diagnóstico, aconselhamento e tratamento dessas doenças, distribuição de preservativos masculinos e femininos, para detentos (as) e servidores, e também elaboração de material educativo instrucional, fornecimento de medicamentos específicos (Nichiata et al. 2019).

A adoção de estratégias de rastreio deve considerar a combinação mais adequada de triagem e abordagens diagnósticas, com base na natureza e na dinâmica dessa infecção na população que se quer alcançar, levando em consideração as especificidades locais e as ferramentas disponíveis no sistema de saúde (Silva et al. 2018).

Todavia, mesmo com os esforços empreendidos ao combate das ISTs, observa-se que questões de gênero esbarra na luta de prevenção e tratamento dessas infecções, evidenciando a maior vulnerabilidade da mulher para aquisição de ISTs, em função da postura contida frente às questões sexuais (Costa, 2018).

Nesse contexto, a pesquisa justifica-se pois contribui com o desenvolvimento de

educação em saúde fundamentada em base científica que auxilia na criação de estratégias e no planejamento de assistência integral a saúde da mulher acometida com ISTs, tornando as ações mais direcionadas e possivelmente mais eficazes e que efetivamente estejam em conformidade com as singularidades deste grupo.

Dessa maneira, a pesquisa possui como questão norteadora: quais as evidências científicas sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis nas penitenciárias femininas? Assim, o objetivo da pesquisa é descrever as evidências científicas que analisam a relação das ISTs em mulheres privadas de liberdade, bem como o impacto da doença e fatores de risco nas penitenciárias femininas para esta população.

2. Metodologia

Realizou-se um estudo de revisão integrativa de literatura, de abordagem qualitativa descritiva. A revisão integrativa, segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), possibilita a busca e a análise crítica da produção científica, com o propósito de apresentar uma síntese das evidências relacionadas ao tema de investigação, o que permite verificar as possibilidades de desenvolver intervenções na área da saúde.

A revisão integrativa, conforme explica Botelho, Cunha e Macedo (2011) é dívida em etapas: na primeira etapa há a definição da questão norteadora ou pergunta da pesquisa; na segunda, são estabelecidos os parâmetros de inclusão e exclusão; já terceira, acontece a análise dos estudos pré-selecionados e selecionados; na quarta etapa são categorizados os artigos designados; na quinta, os resultados são interpretados e por fim, na sexta etapa, há a exposição dos resultados da revisão.

Sendo assim, contribui para fornecer uma contextualização de um tema de pesquisa dentro de um universo de trabalhos já existentes na área, construindo e entendendo conceitos teóricos e nomenclaturas.

A procura de artigos foi realizada nas bases de dados disponíveis online, como: Pubmed, Google Scholar (Google Acadêmico), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) utilizando os seguintes descritores: “Infecções Sexualmente Transmissíveis”, “Penitenciária Feminina” e “Enfermagem”. A busca dos artigos foi realizada com o operador booleano “AND”.

Como critérios de inclusão foram selecionados os artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais da área da saúde na língua portuguesa, inglesa e espanhola,

publicados no período compreendido entre 2015 a 2019 e que possuam o texto completo disponível.

Foram excluídos aqueles em que houve impossibilidade de acesso ao trabalho na íntegra por questões de privacidade ou os que não se encaixam nos critérios de inclusão e que não tratavam sobre o tema pesquisado após a leitura prévia dos resumos.

A pesquisa realizada nas bases de dados citadas resultou em: Google Acadêmico: 73 artigos; SciElo: 4 artigos; BVS: 24 artigos; Total: 101 artigos encontrados. Retirando-se os artigos repetidos e aqueles que não diziam respeito ao propósito deste estudo, foram selecionados 35 para leitura do resumo. Após leitura criteriosa e atendendo aos objetivos propostos, foram selecionados 13 artigos para análise e categorização. Os periódicos selecionados serviram como base de análise sobre o tema.

Como limitações para o estudo é possível citar a escassez de bibliografia que trate das infecções sexualmente transmissível nos presídios exclusivamente femininos, bem como o tabu em que está inserido o tema.

3. Resultados

Na tabela 1 são apresentados os dados referentes a distribuição dos artigos de acordo com o ano, abordagem metodológica e periódico de publicação. A partir da leitura e análise do material encontrado, foram agrupadas informações relevantes dos artigos e foram organizados inicialmente em tabelas e quadros para um melhor entendimento e compreensão.

Tabela 1. Distribuição dos artigos de acordo com o ano, abordagem metodológica e pelo periódico de publicação. Teresina, 2020.

VARIÁVEIS	Nº	%
ANO DE PUBLICAÇÃO		
2015	03	23,1
2016	01	7,7
2017	02	15,4
2018	03	23,1
2019	04	30,8
ABORDAGEM METODOLÓGICA		
Qualitativa	04	30,8
Quantitativa	06	46,2
Qualitativa/Quantitativa	03	23,1
PERIÓDICOS DE PUBLICAÇÃO		
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFCG	01	7,7
Perspectivas Médicas	01	7,7
Repositório Institucional UFC	01	7,7
Revista Brasileira de Enfermagem	01	7,7
Revista da Universidade Vale do Rio Verde	01	7,7
Revista de Enfermagem UFPE online	01	7,7
Revista Eletrônica de Enfermagem	01	7,7
Revista Enfermagem UERJ	01	7,7
Revista Interdisciplinar	01	7,7
Revista Saúde (Santa Maria)	01	7,7
Revista Uningá	01	7,7
RiUfes	01	7,7
UnB/BDM	01	7,7

Fonte: Pesquisa direta (2020).

Na Tabela 1, é possível observar após o levantamento bibliográfico e avaliação dos resultados dos dados levantados que a abordagem metodológica mais utilizada foi a abordagem quantitativa (46,2%), seguida da abordagem qualitativa (30,8%) e qualitativa/quantitativa (23,1%). Nota-se que as duas abordagens são de grande relevância para as pesquisas científicas e por muitas vezes são utilizadas em conjunto, visto que a quantitativa tem relevância ao agrupar dados estatísticos e a qualitativa explica os fenômenos estudados, bem como o contexto e o ponto de vista do investigado.

Quanto aos periódicos de publicação, os 13 artigos foram encontrados em diferentes revistas, ficando assim de forma nivelada com uma porcentagem de 7,7% para cada, porém, a maioria das publicações são em revistas de enfermagem ou interdisciplinar.

Em relação ao ano de publicação, percebeu-se que o número de artigos aumentou com o decorrer dos anos, sendo o ano de 2019 com mais publicações (30,8%), seguido de 2018

(23,1%) e 2015 (23,1%), depois 2017 (15,4%) e por último 2016 (7,7%). Esse fenômeno demonstra que é crescente a preocupação de se estudar os fenômenos que atingem essa parte da população, especialmente no que diz respeito as Infecções Sexualmente Transmissíveis.

Dessa maneira, esses dados são importantes já que em estabelecimentos prisionais, as condições de confinamentos são determinantes para o processo de saúde-doença (Domingues et al. 2018). A OMS estimou que em 2017, mais de 1 milhão de novos casos de IST foram adquiridas diariamente em todo o mundo, sendo assim considerado um grave problema de Saúde Pública global, que possui como obstáculos de prevenção a diversidade de agentes patogênicos, estigma social e por sinais leves ou inexistentes (Martins, 2018).

Assim, torna-se importante analisar a quantidade de casos de IST em mulheres encarceradas, bem como como são tratadas as políticas de atenção à saúde dentro das penitenciárias. Logo, no Quadro 1, estão caracterizados os estudos selecionados, trazendo seu título, ano de publicação, autor(es), e as principais evidências produzidas.

Quadro 1. Distribuição dos estudos de acordo com título, ano, autores, principais informações. Teresina, 2020.

Nº	TÍTULO	ANO	AUTOR (ES)	INFORMAÇÕES
1	Prevalência de sífilis em mulheres do sistema prisional de uma capital do nordeste brasileiro	2015	Araújo, T. M. E., Araújo Filho, A. C. A., & Feitosa, K. V. A.	A alta prevalência da sífilis, 25,2%, está estatisticamente associada à situação conjugal, uso de drogas ilícitas e consumo antes das relações sexuais, demonstrando que condições socioeconômicas desfavoráveis são importantes marcadores de risco e de vulnerabilidade para as DST.
2	Perfil social e de saúde de mulheres apenadas de uma penitenciária da cidade de São Paulo	2015	Bezerra, R. C. C., & Fernandes, R. A. Q.	A amostra foi constituída por 317 mulheres encarceradas. O perfil de saúde demonstrou que 58 (18,2%) mulheres tinham DST, destas 18 (31%) HIV e 14 (24,1%) sífilis. Do total da amostra 84,9% não usavam preservativo nas relações sexuais.
3	Doenças sexualmente transmissíveis: sentimentos das presidiárias	2015	Moura, F. M. J. S. P., Bezerra, M. M., Fernandes, M. A., Alencar, N. E. S., Lima, F. F. F., & Ibiapina, A. R. S.	Percebeu-se através das entrevistas que os momentos imediatos após o conhecimento do diagnóstico de uma DST trazem um impacto negativo, e afeta principalmente o lado emocional destas mulheres que se encontram enclausuradas.
4	Infecções sexualmente transmissíveis e as vivências de mulheres em situação de reclusão	2016	Fernandes, M. A., Bezerra, M. M., Pires, F. M. D. J. S., Alencar, N. E. S., Lima, F. F. F., & Castro, A. E. D.	O uso de drogas ilícitas, múltiplos parceiros sexuais e sexo desprotegido foram os comportamentos de risco mais frequentes para IST/AIDS. Diante do diagnóstico, as reações foram marcadas por tristeza, medo, receio do julgamento/rejeição familiar.

5	Mulheres encarceradas: perfil, sexualidade e conhecimento sobre infecções sexualmente transmissíveis	2017	Costa, E. D. S., Santos, J. D. M., Rocha, M. R. C., Viana, L. M. M., Oliveira, D. M., Silva, B. D. J. C., & Lira, A. P. S.	Em relação às infecções sexualmente transmissíveis a maioria das detentas demonstrou desconhecimento a respeito das formas de transmissão, prevenção e situações/comportamentos de risco.
6	Câncer de colo uterino e infecção sexualmente transmissível: percepção das mulheres privadas de liberdade	2017	Xavier, L. D. D. A., Silva, C. F. D., Torres, E. F., Almeida, S. M. O., & Santos, R. B. D.	Percebe-se que, apesar da baixa escolaridade, as mulheres reeducandas percebem a gravidade do CCU e das IST. Isso mostra que a compreensão das práticas de saúde, por algumas das mulheres entrevistadas, está de acordo com o que é preconizado.
7	A Saúde no Sistema Prisional Brasileiro – uma revisão integrativa	2018	Carvalho, S. A. D.	Os artigos que abordam a saúde da mulher privada de liberdade enfatizam a necessidade do conhecimento mais aprofundado das condições de vida das presidiárias.
8	Situação de saúde de mulheres privadas de liberdade em um município do sul de minas gerais	2018	Domingues, E. A. R., Evaristo, L. R., Carvalho, M. R. F., Silva, R. S., & Carvalho, A. F. S.	Em geral, as mulheres privadas de liberdade eram jovens, casadas, mães, de baixa renda e baixa escolaridade. Para a maioria das mulheres os resultados para os testes rápidos de ISTs também foram normais. Entretanto, detectou-se a ocorrência de hepatite C (n = 2) e sífilis (n = 8).
9	Sífilis em mulheres egressas do sistema prisional: prevalência e fatores associados	2018	Silva, P. A. S., Gomes, L. A., Amorim-Gaudêncio, C., Lima, K. P. N., Medeiros, L. B. D., & Nogueira, J. D. A.	Do total de 56 mulheres investigadas no estudo, a prevalência de positividade do marcador sorológico para sífilis foi de 16,1%. No que concerne às variáveis relacionadas, 57,4% informaram não utilizar preservativo com parceiro fixo e que 9,4% destas mulheres faziam uso de alguma droga ilícita.
10	Doenças infecciosas no sistema prisional: dados dos sistemas de informação de saúde e do sistema prisional	2019	Job Neto, F.	Um total de 23. 235 casos de doenças de notificação compulsória foi registrado em unidades penitenciárias no Brasil. Destes casos 3362 (14,4%) eram mulheres. Entre as doenças, a AIDS (9,0%) estava entre as doenças mais notificadas no período do estudo.
11	Atenção à saúde de mulheres sob privação de liberdade: uma revisão integrativa	2019	Nascimento, J. A. D. D. L.	No geral, os estudos trazem que as mulheres privadas de liberdade possuem o direito de desfrutar dos mais elevados padrões de assistência à saúde, independente da natureza de sua infração, pois estão privadas de liberdade, mas preservam os demais direitos humanos inerentes à sua cidadania, inclusive o direito a saúde.
12	Prevalência de infecções sexualmente transmissíveis em	2019	Nichiata, L., Martins, N., Viana, L., Torres, A., Silva, G., Oliva, N.,	Houve a confirmação de casos de IST após a análise de prontuários, sendo a sífilis a patologia mais prevalente com dois casos, seguida por um de HIV e outro de Gonorreia.

	mulheres privadas de liberdade		Correa, D., Santos, L., & Figueira, I.	
13	Comportamentos de saúde nas experiências sexuais de mulheres em situação de cárcere	2019	Oliveira, K. R. V. D., Santos, A. A. P. D., Silva, J. M. D. O., Sanches, M. E. T. D. L., Albuquerque, J. D. M., & Moraes, M. M. D.	Quando indagadas sobre o item Infecção Sexualmente Transmissível (IST) que questionava se a reeducanda contraiu IST em algum momento da vida, 16,6% afirmaram ter contraído alguma IST e 71,5% negaram possuir qualquer tipo de IST.

Fonte: Pesquisa direta (2020).

O Quadro 1 mostra a organização dos artigos relevantes à pesquisa evidenciando os principais resultados, organizados e enumerados de acordo com o ano de publicação, de forma decrescente, para facilitar a condensação dos dados.

No Quadro 2 foram organizados os estudos de acordo com o foco principal destacado em seus conteúdos após leitura criteriosa.

Quadro 2. Organização dos artigos de acordo com o foco do estudo apresentados. Teresina, 2020

ARTIGOS	EIXO TEMÁTICO
1, 2, 9, 10, 12	Prevalência de ISTs nas penitenciárias femininas
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13	Fatores associados a contaminação de mulheres encarceradas por ISTs

Fonte: Pesquisa direta (2020).

Pode-se verificar no Quadro 2 que a partir da organização dos estudos, foram formuladas duas categorias para a exposição das evidências e discussão da temática, sendo apresentados na primeira categoria: prevalência de ISTs nas penitenciárias femininas e na segunda categoria: fatores associados a contaminação de mulheres encarceradas por ISTs.

4. Discussão

4.1 Prevalência de ISTs nas penitenciárias femininas

Apesar de crescente o interesse de estudiosos sobre as doenças que mais acometem a população privativa de liberdade, em especial a feminina, ainda são poucos os artigos dedicados a analisar a prevalência de ISTs em mulheres detentas.

Job Neto (2019) relata na sua pesquisa que a maioria da informação sobre saúde prisional publicada na literatura científica do Brasil focaliza em doenças infecciosas, principalmente tuberculose e HIV/, como também nas hepatites virais e IST. Na presente revisão, 5 artigos se adequam no eixo temático.

Conforme Araújo, Araújo Filho e Feitosa (2015) em estudo realizado em uma penitenciária feminina em uma capital do nordeste brasileiro em 2013, do universo de 131 internas, a prevalência para sífilis foi de 25,2%, além disso, 95,4% das mulheres responderam que possuem medo de contrair alguma IST, pois, não tinha cura (25,6%) ou medo da morte (24%). Com o estudo foi possível observar que as detentas possuem pouca informação sobre a sífilis, contudo, grande parte não sabe como se dá a transmissão dessa doença.

O número de casos de ISTs também foi relatado em estudo similar realizado por Nichiata et al. (2019) no Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura (CRASHM) com sede no município de Santarém, estado do Pará. Nele, 65 prontuários foram analisados e em apenas 6% foram identificados registros de IST, com 2 casos de sífilis, 1 de HIV e 1 de gonorreia.

Contudo, a baixa prevalência pode estar relacionada ao fato de que no citado estudo, 55% dos prontuários não apresentava qualquer registro na realização de exames diagnósticos para IST, em 36% havia registro de um ou mais exames realizados e 9% apresentava registros de quaisquer informações, sejam positivas ou negativas.

Resultados similares foram encontrados na pesquisa de Silva et al. (2018), ao se analisar a prevalência de sífilis em mulheres cumprindo pena no regime aberto e semiaberto no Centro de Reeducação Feminina de João Pessoa, na Paraíba. Do total de 56 mulheres, 16,1% apresentou marcador positivo para o sorológico de sífilis.

Porém, ao contrário do que se esperava, ao relacionar a prevalência da doença com as variáveis de práticas sexuais, o resultado foi maior entre as mulheres que não tinham vida sexual ativa (20,0%), e que relatavam usar preservativos com parceiros fixos (33,3%) e com parceiros eventuais (28,0%). Contudo, também foi maior a prevalência entre aquelas com múltiplos

parceiros (16,7%) e que usavam drogas ilícitas (20,0%). Esse resultado pode ter sido encontrado devido ao uso incorreto do preservativo ou por vergonha das mulheres entrevistadas ao dizer que não usam o insumo em suas relações sexuais.

Conforme explica Job Neto (2019), a notificação de doenças e agravos cresceu em quase todos os estados brasileiros e as principais doenças notificadas (Tuberculose, HIV, Dengue e Hepatites Virais) permaneceram as mesmas durante o período do estudo. Assim, esses resultados podem demonstrar o aumento da presença de equipes de saúde dentro das prisões e melhorias no sistema de vigilância.

Em consonância com isso, no estudo de Bezerra e Fernandes (2015), das 58 mulheres que possuíam alguma IST, 18 destas (31%) eram soropositivas para HIV e/ou tinham HIV associada a outra doença transmissível e 14 (24,1%) referiram Sífilis e/ou Sífilis associada a Hepatite C. Os autores citados também demonstraram que a prevalência foi menor que a esperada, mas também destacaram a possibilidade da entrevista sobre assuntos íntimos, por vezes considerado um tabu, gerar sentimentos de constrangimento, vergonha e exposição, comprometendo assim, as repostas dadas pelas mulheres encarceradas.

Percebe-se com os resultados apresentados que não existe um programa de prevenção de doenças infecciosas ou crônicas nas prisões brasileiras (Job Neto, 2019). Desta maneira, é possível inferir que a real prevalência de ISTs nas prisões femininas, em destaque casos de HIV e sífilis, pode ser maior que a relatada.

4.2 Fatores associados a contaminação de mulheres encarceradas por ISTs

Existem muitos fatores de vulnerabilidade que aumentam a ocorrência de ISTs dentro das penitenciárias femininas. Muitas dessas mulheres possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre a transmissibilidade dessas infecções ou não têm acesso à rede de saúde e meios preventivos.

Sobre o tema, Araújo, Araújo Filho e Feitosa (2015) informam em sua pesquisa que 60,3% das mulheres participantes do estudo não souberam informar como se dá a transmissão da sífilis e das que afirmaram ter conhecimento, 89,8% apontaram as relações sexuais desprotegidas como principal meio de contaminação.

Resultado similar foi encontrado no estudo de Xavier et al. (2017) com 25 mulheres encarceradas na Colônia Penal Feminina do Recife (CPFR), em que as reeducandas entrevistadas ainda se mostram pouco informadas acerca de todas as formas existentes de

prevenção do CCU e IST, como também não se referem ao uso do preservativo e métodos de higiene íntima e pessoal, além do exame periódico, para prevenção dessas doenças.

O baixo grau de escolaridade também se relaciona a comportamentos de risco e aumento da vulnerabilidade às IST. Em estudo com 9 detentas que possuíam IST/AIDS, uma era analfabeta e as demais haviam terminado apenas o ensino fundamental e o ensino médio, em igual proporção (Fernandes et al. 2016).

O mesmo foi encontrado na pesquisa de Nascimento (2019), em que a partir dos estudos analisados, o perfil constituído foi de mulheres adultas jovens, com baixa escolaridade e condições socioeconômicas frágeis, sem formação profissional e, por conseguinte, sem oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

Além disso, como apresentado por Fernandes et al. (2016), muitas mulheres apontam como comportamento de risco a múltipla parceria sexual e o envolvimento com drogas, com ênfase para as práticas sexuais desprotegidas. O que também foi confirmado por Silva et al. (2018), cujos resultados apontaram que a sífilis foi mais prevalente entre as mulheres que tiveram relações sexuais com múltiplos parceiros.

O consumo de drogas é a principal barreira para a manutenção de práticas sexuais seguras entre mulheres (Fernandes et al. 2016). No estudo do citado autor, as mulheres citaram o uso de diversas drogas, entre elas o crack e maconha.

Em outra investigação com 317 mulheres, quando questionadas sobre o uso de drogas ilícitas, 213 (67,2%) afirmaram que já consumiram drogas, 134 (42,3%) asseguraram que pararam e 79 (24,9%) continuavam a usar mesmo na prisão (Bezerra e Fernandes, 2015).

No estudo de Silva et al. (2018) ao se relacionar as variáveis de práticas sexuais e uso de drogas ilícitas foram encontrados os seguintes resultados: 78,6% tinham parceiro único, 48,2% faziam relações sexuais desprotegidas, 57,4% informaram não utilizar preservativo com parceiro fixo, 46,3% não utilizavam com parceiros eventuais e 9,4% destas mulheres faziam uso de alguma droga ilícita.

Domingues, Evaristo, Carvalho, Silva, & Carvalho (2018) apresentam em seu estudo com mulheres privadas de liberdade em presídio de Três Corações, Minas Gerais a média (em anos) em que se fez uso de substâncias lícitas e ilícitas, apontando como resultado: 9,46 anos para tabaco; 5,29 anos para álcool e 6,54 anos para drogas.

Moura, Bezerra, Fernandes, Alencar, Lima, & Ibiapina (2015), apontam resultados que afirmam o encontrado ao delinear que dentre as situações de vulnerabilidade desta população é possível destacar o não uso de preservativos durante as relações sexuais, o envolvimento com drogas e o compartilhamento indiscriminado de seringas, tatuagens, múltiplos parceiros.

Já na revisão integrativa realizada por Carvalho (2018), o autor aponta que as condições de adoecimento estão associadas com o agravamento das condições psicológicas e a qualidade de vida dentro dos estabelecimentos penais. Problemas mentais, uso de substâncias psicoativas e doenças infectocontagiosas são prevalentes, ademais, ao se comparar o gênero feminino ao masculino, a sexualidade e a gravidez, devem ser consideradas para consolidações dos direitos humanos concedidos a esta população.

A procura pela preservação dos direitos a saúde das mulheres privadas de liberdade se tornou um desafio, pois, embora o direito a saúde seja garantido por lei, este não é respeitado por omissão do Estado no cumprimento de seu dever com esta parcela da população (Nascimento, 2019).

O estudo de Oliveira, Santos, Silva, Sanches, Albuquerque, & Moraes (2019) apontou um novo risco, não tão citado, que são as relações homossexuais, pois, como não há penetração no ato sexual ou o contato com homens, segundo as detentas, não existia o risco de contaminação ou agravos que pudessem comprometer sua saúde, como as ISTs.

Contudo, sabe-se que a contaminação por IST não se dá apenas com o ato sexual, isso demonstra a ausência de atenção qualificada, cuidados direcionados à saúde e orientação profissional deficiente para essa população.

A falta de informação também é demonstrada em estudo realizado por Costa, Santos, Rocha, Viana, Oliveira, Silva, & Lira (2017), onde, embora 48,3% das mulheres afirmarem que as ISTs possuem esse nome por serem transmitidas exclusivamente por via sexual, a maioria (72,4%) acredita que os insetos que se alimentam de sangue humano podem transmitir ISTs.

Em resumo, o que deixam as mulheres reclusas mais vulneráveis a contaminação por IST são práticas sexuais inseguras, a confiança baseada na fidelidade do parceiro, não possuir voz ativa no relacionamento, bem como o uso de drogas injetáveis com compartilhamento de seringas (Moura et al. 2015).

5. Considerações Finais

Com o estudo foi possível concluir que nos presídios femininos no país, mesmo com leis que asseguram a saúde dentro do sistema prisional, muitas mulheres ainda estão expostas a diversos fatores de vulnerabilidade de contaminação por IST, pois, o assunto ainda é desconhecido para muitas, além das apresentações assintomáticas e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

Diante da alta prevalência de ISTs no ambiente prisional, a identificação das características sociodemográficas e dos comportamentos de risco assumidos pelas mulheres encarceradas são importantes para o entendimento desta problemática.

Foram observados que ainda existe uma escassez de estudos voltado para a prevalência das infecções sexualmente transmissíveis em penitenciárias femininas, o que pode estar relacionado a questão de gênero, devido a condições inatas das mulheres e também pela falta de informações adequadas com relação à prevenção das ISTs.

Desse modo, é necessário planejar melhores estratégias de saúde voltadas para a prevenção e diagnóstico precoce de IST, além de traçar medidas condizentes com as características encontradas nas mulheres encarceradas.

Com relação ao enfermeiro, é imprescindível a esse profissional um posicionamento diferenciado que resulte em um melhor atendimento, nesse momento que geralmente é cercado por medo e solidão, para que as mulheres acometidas encarem o seu estado de saúde de forma melhor e alcancem uma qualidade de vida mais apropriada.

Neste sentido, sugere-se mais estudos abordando a temática em busca por mais conhecimentos, pois, somente assim é possível atender as especificidades e desafios da população encarcerada.

Referências

Araújo, T. M. E., Araujo Filho, A. C. A., & Feitosa, K. V. A. (2015). Prevalência de sífilis em mulheres do sistema prisional de uma capital do nordeste brasileiro. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 17(4).

Bezerra, R. C. C., & Fernandes, R. A. Q. (2015). Perfil social e de saúde de mulheres apenadas de uma penitenciária da cidade de São Paulo. *Perspectivas Médicas*, 26(2), 21-30.

Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. A., & Macedo, M. O. (2011). Método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5 (11), 121-136.

Brasil. C. F. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Carvalho, S. A. D. (2018). A saúde no sistema prisional brasileiro: uma revisão integrativa. (Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Enfermagem). Universidade de Brasília, Brasília.

Costa, E. D. S., Santos, J. D. M., Rocha, M. R. C., Viana, L. M. M., Oliveira, D. M., Silva, B. D. J. C., & Lira, A. P. S. (2017). Mulheres Encarceradas: perfil, sexualidade e conhecimento sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis. *Revista Uningá*, 52(1).

Costa, N. C. C. S. (2018). Análise da Representação Social do processo saúde-doença da Sífilis adquirida em mulheres em idade fértil. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Amazonas.

Domingues, E. A. R., Evaristo, L. R., de Carvalho, M. R. F., Silva, R. S., & de Carvalho, A. F. S. (2019). Situação de saúde de mulheres privadas de liberdade em um município do Sul de Minas Gerais. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, 16(3).

Fernandes, M. A., Bezerra, M. M., Pires, F. M. D. J. S., Alencar, N. E. S., Lima, F. F. F., & Castro, A. E. D. (2016). Infecções sexualmente transmissíveis e as vivências de mulheres em situação de reclusão. *Revista Enfermagem UERJ*, 24(6), 27774.

Job Neto, F. (2019). Doenças infecciosas no sistema prisional: dados dos sistemas de informação de saúde e do sistema prisional. Universidade Federal do Espírito Santo.

Moura, F. M. J. S. P., Bezerra, M. M., Fernandes, M. A., Alencar, N. E. S., Lima, F. F. F., & Ibiapina, A. R. S. (2015). Doenças sexualmente transmissíveis: sentimentos das presidiárias. *Revista Interdisciplinar*, 8(3), 162-168.

Martins, N. V. D. N. (2018). *Vulnerabilidades às Infecções Sexualmente Transmissíveis de mulheres privadas de liberdade em Santarém-Pará* (Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo). São Paulo

Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. D. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto enfermagem*, 17(4), 758-764.

Nascimento, J. A. D. D. L. (2019). Atenção à saúde de mulheres sob privação de liberdade: uma revisão integrativa. (Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Enfermagem). Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil.

Negreiros, D. E. H., & Vieira, D. S. (2017). Prevalência de hepatites b, c, sífilis e hiv em privados de liberdade-Porto Velho, Rondônia. *Revista Interdisciplinar*, 10(1), 43-52.

Neves, Ú. (2019). *Sífilis: aumento mais de 4.000% dos casos no Brasil*. Recuperado em 19 fevereiro, 2020, de <https://pebmed.com.br/sifilis-aumento-mais-de-4-000-dos-casos-no-brasil/>.

Nichiata, L., Martins, N., Viana, L., Torres, A., Silva, G., Oliva, N., Correa, D., Santos, L., & Figueira, I. (2019). Prevalência de infecções sexualmente transmissíveis em mulheres privadas de liberdade. *Saúde (Santa Maria)*, 45(1).

Oliveira, K. R. V. D., Santos, A. A. P. D., Silva, J. M. D. O., Sanches, M. E. T. D. L., Albuquerque, J. D. M., & Moraes, M. M. D. (2019). Comportamentos de saúde nas experiências sexuais de mulheres em situação de cárcere. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72, 88-95.

Pinto, V. M., Basso, C. R., Barros, C. R. D. S., & Gutierrez, E. B. (2018). Fatores associados às infecções sexualmente transmissíveis: inquérito populacional no município de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23, 2423-2432.

Portaria Interministerial n.º 1.777 de 9 de setembro (2003). Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Brasília: Ministério da Saúde, Ministério da Justiça. Recuperado em 10 junho 2020, de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2003/pri1777_09_09_2003.html.

Santos, S. B., Machado, A. P. A., Sampaio, L. A., Abreu, L. C., & Bezerra, I. M. P. (2019). Sífilis adquirida: construção e validação de tecnologia educativa para adolescentes. *Journal of Human Growth and Development*, 29(1), 65-74.

Silva, P. A. S., Gomes, L. A., Amorim-Gaudêncio, C., Lima, K. P. N., Medeiros, L. B. D., & Nogueira, J. D. A. (2018). Sífilis em mulheres egressas do sistema prisional: prevalência e fatores associados. *Revista Rene*, 19, e3321.

Xavier, L. D. D. A., Silva, C. F. D., Torres, E. F., Almeida, S. M. O., & Santos, R. B. D. (2017). Câncer de colo uterino e infecção sexualmente transmissível: percepção das mulheres privadas de liberdade. *Rev. enferm. UFPE online*, 2743-2750.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Arielly Feitosa Leocádio – 40%

Débora Alves de Assis – 40%

Tatiana Maria Melo Guimarães – 20%